



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VIADUTOS

LEI MUNICIPAL Nº 3.272/2018, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a cessão de uso de implementos agrícolas a Associações de Produtores Rurais, na forma que especifica, e dá outras providências.

Claiton dos Santos Brum, Prefeito Municipal de Viadutos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso III, artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Município de Viadutos, através do Poder Executivo Municipal, autorizado a ceder implementos agrícolas às Associações de Produtores Rurais de Viadutos.

§ 1º Serão repassados para as seguintes Associações, os implementos abaixo especificados:

I – Para a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COXILHA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.634.568/0001-67:

a) 01 (um) distribuidor de adubos e calcários DSE 3500 esteira 600 eixo RT, inscrito no patrimônio municipal sob nº 10475.

II – Para a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DA LINHA SÃO MARCOS VIADUTOS/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 19.046.628/0001-56:

a) 01 (uma) carreta agrícola, carroceria de madeira, capacidade de carga 5 toneladas, Patrimônio nº 10379;

b) 01 (uma) colhedeira de forragem (ensiladeira), Patrimônio nº 10346;

c) 01 (uma) grade aradora com controle remoto, Patrimônio nº 10474;

d) 01 (um) distribuidor de adubo orgânico líquido de 4.000 (quatro mil) litros, Patrimônio nº 10381.

§ 2º As Associações acima especificadas deverão atender aos objetivos do PRODES, bem como todos os requisitos fixados em lei específica.

§ 3º O ato de cessão será formalizado por meio de Termo de Cessão de Uso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VIADUTOS

Art. 2º A cessão de uso dos implementos caracteriza-se como transferência gratuita da posse, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, desde que mantido o funcionamento da Associação durante o lapso temporal indicado, sob pena de rescisão de pleno direito caso a Associação deixe de cumprir com a finalidade a qual se destina.

§ 1º Transcorrido o prazo de 60 (sessenta) meses, serão integralizados ao patrimônio da associação, desde que a mesma tenha mantido o funcionamento durante todo o lapso temporal.

§ 2º A prova do funcionamento se dará mediante comprovação da realização de serviços, bem como através de Balanço Patrimonial anual ou Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, ao final de cada exercício financeiro.

§ 3º Em caso de suspensão das atividades os objetos cedidos retornarão à posse do Município.

Art. 3º Às Associações caberão as seguintes responsabilidades:

I – de contratação de mão-de-obra, regularmente habilitados, com o suporte de todas as despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação, para consecução dos serviços a serem realizados com os implementos;

II – de realização e custeio dos serviços de manutenção e reparos dos implementos agrícolas;

III – de prestar serviços com os implementos cedidos para os agricultores que solicitarem, independentemente de serem, ou não, associados, desde que residentes no Município dentro da microrregião situada a sede da Associação;

IV – de prestar contas ao Município, ao final de cada ano de cedência dos implementos, dos serviços realizados e do resultado financeiro das atividades.

§ 1º A Associação poderá cobrar valores dos agricultores pelos serviços prestados, para custeio das despesas correlatas.

§ 2º Os valores a serem cobrados serão fixados pela Associação por meio de edital a ser ratificado e publicado pelo COMDAVI (Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário), de acordo com o implemento agrícola, bem como, podendo haver preços diferenciados para beneficiário associado ou não.

§ 3º A revisão dos valores poderá ser efetuada a cada 12 (doze) meses de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VIADUTOS

vigência do edital, bem como, ocorrendo eventos supervenientes não previstos, poderá haver revisão antes de decorrido 12 (doze) meses.

§ 4º As Associações deverão observar toda a legislação vigente afeta à conservação do solo e preservação ambiental, dentre outras, bem como àquelas que necessitem de liberação de órgãos estatais competentes, quando for o caso, serão de responsabilidade da referida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VIADUTOS, em 06 de novembro de 2018.

Claiton dos Santos Brum
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GIOVAN ANDRE SPEROTTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VIADUTOS

TERMO DE CONTRATO Nº xxx/2018.

CONTRATO DE CESSÃO DE USO QUE FIRMAM O MUNICÍPIO DE VIADUTOS, ATRAVÉS DO PODER EXECUTIVO E A ____.

CEDENTE: O MUNICÍPIO DE VIADUTOS/RS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 87.613.428/0001-09, com sede na Rua Anastácio Ribeiro, 84, neste ato representado, por seu Prefeito Municipal, Sr. **Claiton dos Santos Brum**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Pe. Henrique Koch, 74, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 6033948925, inscrito no CPF sob nº 451.967.880-34.

CESSIONÁRIO: A ____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, s/nº, Município de Viadutos – RS, CEP 99820-000, neste ato representada pelo seu Presidente, _____, _____, _____, _____, residente e domiciliado à _____, neste Município de Viadutos - RS, portador da cédula de identidade no RG sob o nº _____, ____-__, inscrito no CPF sob nº ____-____-____-__.

As partes acima qualificadas, com fundamento no disposto na Lei Municipal nº 2.747/2011, de 21 de junho de 2011 e Lei Municipal nº ____/2018, de __ de ____ de 2018, firmam o presente contrato de cessão de uso, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Atendendo aos int

ereses de ambas as partes contratantes, através do presente contrato de **Cessão de Uso**, e na melhor forma de direito, o **CEDENTE** procede na transferência operacional das máquinas e equipamentos rodoviários para a Associação _____, visando incentivar o associativismo como forma de diminuição dos custos operacionais e, por consequência, a renda dos associados, bem como atender a demanda de serviços de implementos repassados, para os agricultores, residentes no Município, dentro da microregião situada a sede da CESSIONÁRIA, conforme abaixo relacionados:

a) _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VIADUTOS

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

O direito de uso das máquinas e equipamentos acima descrito é cedido para o fim único e específico de atender a demanda de serviços dos agricultores que solicitarem, independentemente de serem, ou não associados, desde que residentes no município dentro da microregião situada a sede da CESSIONÁRIA.

Acordam as partes, contudo, que caso a destinação das máquinas e equipamentos seja diferente da acordada, ou alterada durante o prazo de vigência do presente instrumento, fica automaticamente rescindido o mesmo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES

§ 1º Constitui responsabilidade do Município:

Repassar à Associação _____, as máquinas e equipamentos agrícolas, devidamente revisados, em condições plenas de uso.

§ 2º Constitui responsabilidade da Associação:

I – contratação de mão-de-obra, regulamente habilitados, com o suporte de todas as despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação, para consecução dos serviços a serem realizados com os implementos;

II – de realização e custeio dos serviços de manutenção e reparos dos implementos agrícolas;

III – de prestar serviços com os implementos cedidos para os agricultores que solicitarem, independentemente de serem, ou não, associados, desde que residentes no Município dentro da microregião situada a sede da CESSIONÁRIA;

IV – de prestar contas ao Município, ao final de cada ano de cedência dos implementos, dos serviços realizados e do resultado financeiro das atividades.

§ 3º A CESSIONÁRIA poderá cobrar valores dos agricultores pelos serviços prestados, para custeio da associação;

§ 4º Os valores a serem cobrados serão fixados pela CESSIONÁRIA por meio de edital a ser ratificado e publicado pelo COMDAVI (Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário), de acordo com o implemento agrícola, bem como, podendo haver, preços diferenciados se o beneficiado é, ou não, associado;

§ 5º A revisão dos valores poderá ser efetuada a cada 12 (doze) meses de vigência do edital, bem como, ocorrendo eventos supervenientes não previstos, poderá haver revisão antes de decorrido 12 (doze) meses;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VIADUTOS

§ 6º A CESSIONÁRIA deverá observar toda a legislação vigente afeta à conservação do solo e preservação ambiental, dentre outras, bem como àquelas que necessitem de liberação de órgãos estatais competentes, quando for o caso, serão de responsabilidade da referida.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente Cessão caracteriza-se como transferência gratuita da posse pelo prazo de 60 (sessenta) meses, desde que mantido o funcionamento da Associação durante o lapso temporal indicado, sob pena de rescisão de pleno direito, pelo CEDENTE, caso o CESSIONÁRIO deixe de cumprir com a finalidade a qual se destina.

§ 1º A prova do funcionamento se dará mediante comprovação da realização de serviços, bem como através de Balanço Patrimonial anual ou Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, ao final de cada exercício financeiro.

§ 2º Em caso de suspensão das atividades os objetos cedidos retornarão à posse do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DA INCORPORAÇÃO

Transcorrido o prazo de 60 (sessenta) meses, sem ter havido o descumprimento de qualquer cláusula prevista no presente Contrato de Cessão por parte do Cessionário, serão os bens/equipamentos incorporados ao patrimônio da associação, por meio da transferência da propriedade dos mesmos, por meio da assinatura de termo de doação.

§ 1º Realizada a doação serão os objetos pertinentes excluídos do Patrimônio do Executivo Municipal.

§ 2º Caso a associação cesse suas atividades ou descumpra cláusula contratual, mesmo após a transferência da propriedade, os implementos retornarão ao patrimônio do Município.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO/NÃO PRORROGAÇÃO

No caso de descumprimento de qualquer cláusula deste Contrato, bem como termino da vigência sem a assinatura de termo aditivo de vigência, os bens cedidos retornarão ao poder do CEDENTE, observando, como exceção, o desgaste natural dos mesmos.

O descumprimento das cláusulas do presente Contrato gerará, ainda, a impossibilidade de o CESSIONÁRIO ser beneficiado novamente com incentivos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VIADUTOS

previstos na Lei Municipal 2.747/2011, ou qualquer outro benefício especial, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.

No caso de rescisão o Cessionário terá o prazo de até 30 (trinta) dias para devolução dos bens e equipamentos. Já no caso de não prorrogação a devolução se dará no prazo de (05) cinco dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

O **CESSIONÁRIO** não poderá transferir ou ceder a título oneroso ou gratuito os direitos de uso a terceiros, sob pena de rescisão antecipada do contrato.

Todas as notificações relacionadas a este contrato somente terão validade se forem enviadas por escrito, acompanhadas por aviso de recebimento, exceto se de outro modo expressamente pactuado pelas partes, aos endereços mencionados na qualificação das partes indicadas na Cláusula Primeira, ou através de notificação extrajudicial pelo Ofício de Registro de Títulos e Documentos.

O presente termo contratual detém natureza administrativa, incidindo sobre o mesmo às normas de direito administrativo que não conflitem com o aqui expresso.

O presente instrumento de cedência é firmado sem a contrapartida de ônus de qualquer espécie ao **CESSIONÁRIO** que possui somente o compromisso de fazer a manutenção necessária no equipamento.

As partes elegem o foro da Comarca de Gaurama/RS, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outra, por mais privilegiada que seja.

Viadutos, RS, ____ de _____ de 2018.

Claiton dos Santos Brum
Prefeito Municipal
CEDENTE

XXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CESSIONÁRIO

Testemunhas:

1.

CPF:

2.

CPF: